



<https://doi.org/10.5335/263bm245>

## **Disputas de poder político-partidário no Rio Grande do Sul pós-Estado Novo: o Diretório Leopoldense do PSD como estudo de caso (1945-1952)**

Luchas de poder político-partidistas en Rio Grande do Sul después del Estado Novo: la Dirección Leopoldense del PSD como estudio de caso (1945-1952)

Political-partisan power struggles in Rio Grande do Sul after the Estado Novo: the Leopoldense Directorate of the PSD as a case study (1945-1952)

**RODRIGO LUIS DOS SANTOS<sup>1</sup>**  

### **Resumo:**

Este artigo tem por objetivo analisar, através da atuação do Diretório do Partido Social Democrático (PSD) de São Leopoldo, como ocorreram articulações e conflitos no processo de reestruturação partidária no Rio Grande do Sul na fase final do Estado Novo e no período imediatamente posterior (1945-1952). Para isso, se utilizou de fontes inéditas, que fazem parte do acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes (1908-2003), advogado, intelectual e político que atuou em São Leopoldo e foi uma das lideranças do PSD nesta fase. A análise do modo de fazer política, imbricando elementos locais com aspectos estaduais e nacionais, nos possibilita compreender processo de articulação e de conflitos, assim como a construção de discursos e redes sociais, visando predomínio no poder e influência em cenários políticos mais amplos.

**Palavras-chave:** Estado Novo. Política Partidária. PSD.

### **Resumen:**

Este artículo busca analizar, a través de las acciones de la Dirección del Partido Socialdemócrata (PSD) de São Leopoldo, cómo se produjeron las articulaciones y los conflictos en el proceso de reestructuración partidaria en Rio Grande do Sul durante la fase final del Estado Novo y el período inmediatamente posterior (1945-1952). Para ello, se utilizaron fuentes inéditas del acervo personal de Carlos de Souza Moraes (1908-2003), abogado, intelectual y político que trabajó en São Leopoldo y fue uno de los líderes del PSD durante este período. El análisis de la forma en que se conducía la política, entrelazando elementos locales con aspectos estatales y nacionales, permite comprender el proceso de articulación y conflicto, así como la construcción de discursos y redes sociales, con el objetivo de predominar en el poder y la influencia en escenarios políticos más amplios.

**Palabras clave:** Estado Novo. Política de partidos. PSD.

### **Abstract:**

This article aims to analyze, through the actions of the Social Democratic Party (PSD) Directorate of São Leopoldo, how articulations and conflicts occurred in the process of party restructuring in Rio Grande do Sul during the final

---

<sup>1</sup> Graduado (2013), Mestre (2016) e Doutor (2021) em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Historiador com registro profissional 0000001/RS (2021). Docente da Área do Conhecimento de Humanidades da Universidade de Caxias do Sul (UCS), atuando nos Cursos de Graduação em História (Licenciatura e Bacharelado) e no Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado e Doutorado Profissional). E-mail: [rlsantos4@ucs.br](mailto:rlsantos4@ucs.br).

phase of the Estado Novo and the period immediately following (1945-1952). To this end, unpublished sources were used, which are part of the personal collection of Carlos de Souza Moraes (1908-2003), a lawyer, intellectual, and politician who worked in São Leopoldo and was one of the PSD leaders during this period. The analysis of the way politics was conducted, intertwining local elements with state and national aspects, allows us to understand the process of articulation and conflict, as well as the construction of discourses and social networks, aiming at predominance in power and influence in broader political scenarios.

**Keywords:** Estado Novo. Party Politics. PSD.

## Considerações iniciais

Nestas considerações introdutórias do artigo, gostaria de expor alguns breves pontos que considero importantes, que podem auxiliar aos potenciais leitores no entendimento dos objetivos do trabalho. O primeiro ponto é destacar que se trata de um recorte revisto e adaptado de minha Tese de Doutorado em História.<sup>1</sup> O segundo elemento está vinculado com o embasamento teórico que fundamenta o texto aqui desenvolvido: embora, em sua versão original, uma gama maior e significativa de autores e autoras tenha sido utilizada, aqui vamos nos deter aos principais que forneceram subsídios para esta abordagem específica, o que explica o número mais reduzido de citações e referências ao final do artigo. Por fim, o terceiro ponto é a análise documental: por se tratar de fontes de pesquisa ainda inéditas, optamos por dar maior ênfase aos elementos informativos que elas nos fornecem e ao trabalho de análise histórica que elas nos possibilitam. Assim, este trabalho tem o objetivo primordial, como descrito em seu título, mostrar o diretório do Partido Social Democrático (PSD) em São Leopoldo como um *locus* interessante e importante para compreensão do cenário político-partidário do Rio Grande do Sul, tanto na fase final do Estado Novo quanto nos anos seguintes – aqui com recorte até 1952. Deste modo, é um trabalho que parte de uma perspectiva local, mas sem se deter ao localismo ou ideia de isolamento.

E, antes de abordarmos propriamente o cenário e as disputas dentro do PSD leopoldense e sua relação com o ambiente político-partidário estadual e nacional, é importante trazer alguns breves dados biográficos de quem salvaguardou a documentação que possibilitou esse trabalho, incorporando-a em seu acervo pessoal – posteriormente, 10 anos após seu falecimento, tornado público através de doação feita ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, instalado na cidade de São Leopoldo. A doação foi intermediada pela filha mais velha de nosso personagem, sendo recebida pela instituição em 2013. Neste caso, estamos falando de Carlos de Souza Moraes.

Carlos de Souza Moraes nasceu no ano de 1908, na cidade sul-rio-grandense de Montenegro. Advinha de uma família tradicionalmente vinculada com o ambiente político estadual. Seu avô materno e seu pai foram governantes municipais da cidade gaúcha de Montenegro e líderes do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), que dominou o cenário político do Rio Grande do Sul entre 1890 e 1932.<sup>ii</sup> Graduado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, atuou nas cidades de Herval e na própria capital gaúcha, até transferir sua residência para São Leopoldo, onde passou o resto de sua vida, falecendo no ano de 2003, ao 95 anos de idade. Em São Leopoldo, participou ativamente da vida social e intelectual da cidade, sendo um dos fundadores e membros do Instituto Histórico de São Leopoldo, em 1975, escrevendo diversos artigos para jornais e também livros sobre a história leopoldense<sup>iii</sup> e da imigração alemã no Sul do Brasil.

Cabe destacar que também exerceu diversos cargos políticos, como o de secretário do Governo Municipal de São Leopoldo entre 1937 e 1944, diretor de Instrução Pública e diretor do jornal *Correio de São Leopoldo* (1938-1944), órgão oficial da edilidade local. Em 1944, com a renúncia do então prefeito leopoldense, coronel Theodomiro Porto da Fonseca, de quem era amigo próximo e principal assessor, Carlos de Souza Moraes foi nomeado prefeito pelo interventor federal Ernesto Dornelles. Ocupou o cargo até novembro de 1945, sendo substituído naquela oportunidade. Retornou ao posto em fevereiro de 1946 até meados de 1947, quando renunciou ao cargo para concorrer à vereança, sendo eleito vereador para a legislatura 1948-1951. Foi um dos principais articuladores na criação do diretório leopoldense do Partido Social Democrático (PSD), em 1945.

## Entre o público e o privado: acervos particulares e aspectos de História Política

Os arquivos constituem, juntamente com outros artefatos, parte integrante do que ficou perpetuado por sucessivos atores sociais. Conhecemos alguns: o individual, o coletivo, o organizacional, o institucional, entre vários outros, certos de que desconhecemos, ainda, seu vastíssimo território. Conhecemos os trilhos; não vislumbramos, contudo, a grande alameda e nem a tanto nos permitimos aspirar. Nesta perspectiva, os contextos podem revestir-se de especial significado e fornecer-nos uma das chaves para acesso aos arquivos, enquanto espelhos refletores de uma informação potencial e potenciadora, que a cada um competirá explorar de acordo com os seus objetivos, capacidades e olhares múltiplos (Lacerda, 2012, p. 11).<sup>iv</sup>

A analogia que Silvestre Lacerda faz sobre os arquivos, trilhos e alamedas, enquadra-se nos desafios que permeiam as tentativas dos pesquisadores em ver nos conjuntos documentais que investigam mais que simples conjuntos de papeis, fotografias e recortes. A própria

dimensão dos contextos é algo complexo, não podendo ficar reduzida meramente ao panorama sociocultural, político, econômico e ideológico nos quais os sujeitos estão inseridos. Não podem ser significados como elementos estáticos ou etéreos. Os contextos possuem dinamicidades, camadas múltiplas de realidades e distinções, onde os sujeitos sociais sofrem interferências diversas, mas também atuam para incutir variações nestas elipses contextuais. Diante disso, analisar a trajetória de um indivíduo, partindo daquilo que este produziu ao longo de sua vida, buscando compreender sua visão de mundo, seu agir social e suas múltiplas faces, se mostra como uma tarefa árdua e incerta.

Doravante, quando os sujeitos sociais acumulam e organizam, ao seu modo, multifacetadas tipologias de documentos, a reconstituição biográfica pode mostrar para além daquela individualidade. Fornece subsídios que, a partir da leitura atenta e no cruzamento de informações, revelam detalhes que, muitas vezes, são despercebidos. Se torna possível uma decodificação social encoberta pela poeira do tempo, das intenções e dos ambientes.

Uma varredura e leitura mais atenta da documentação ajuntada por Moraes entre 1945 e 1952, evidencia uma importante – e interessante – perspectiva sobre as articulações partidárias na fase de redemocratização do país, pós-Estado Novo. Especialmente no cerne da estruturação do diretório leopoldense pessedista.<sup>v</sup> Merecem destaque os conflitos pessoais e as rupturas decorrentes, sobretudo em períodos eleitorais. Para além dos atritos locais, também se evidenciam aspectos das relações entre os pessedistas leopoldenses e as lideranças partidárias estaduais.

Carlos de Souza Moraes reuniu uma quantidade expressiva de documentos relacionados com os primeiros anos do PSD em nível local – lembrando que, nesta época, além da sede, São Leopoldo possuía mais nove distritos.<sup>vi</sup> Deste modo, além do diretório municipal, haviam diretórios distritais do partido. Chamo a atenção para uma questão que julgo pertinente: a análise quantitativa do material referente ao PSD<sup>vii</sup> permite, com plausibilidade, aferir que a maior parte da documentação do diretório leopoldense ficou em posse de Moraes, que se tornou uma espécie de *guardião* desta história partidária em sua fase nascente.

## **O Diretório Pessedista Leopoldense: estudo de caso para luta de poderes**

Sobre a análise da crise política no diretório municipal do PSD em São Leopoldo, no final da década de 1940, ela parte da investigação de uma informação desconhecida, fornecida pelo próprio Carlos de Souza Moraes.

Em agosto de 2019, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul lançou uma publicação intitulada *Banco de depoimentos de historiadores/escritores: concepção e escrita da História Sul-rio-grandense*.<sup>viii</sup> Esta obra, organizada pela historiadora Ieda Gutfreind, reúne entrevistas com diversos pesquisadores, na sua maioria sem formação efetiva na área de História, que se dedicaram ao estudo de aspectos sociais, culturais, étnicos, políticos do Rio Grande do Sul. Dentre os entrevistados, encontra-se Carlos de Souza Moraes. Conforme Gutfreind, os depoimentos foram coletados nos dias 2 e 6 de abril de 1998, quando Moraes estava prestes a completar 90 anos de idade. A transcrição das entrevistas rendeu um total de onze páginas, que encerram o livro.

Entrementes, uma pequena afirmativa feita por Moraes, transcrita no último parágrafo na página 288 do referido livro, me despertou a atenção. Neste trecho, ele afirma que, após ter ocupado o cargo de prefeito de São Leopoldo, foi eleito deputado estadual. Ou melhor, suplente de deputado, corrigindo-se. É preciso considerar, contudo, que ao prestar estes depoimentos, como já visto, Moraes tinha quase noventa anos de idade. Com isso, a precisão das informações pode sofrer inconstâncias e, ao fornecer este dado, pode ter cometido um lapso. Mas, é no mínimo de se estranhar essa assertiva, se levando em conta que, ao mencionar os outros cargos que ocupara, ele demonstra plena clareza.

A citação se torna algo exponencial no sentido de que, parte da crise política no cerne pessedista em São Leopoldo ocorrera, justamente, pela não inclusão do nome de Carlos de Souza Moraes e outros indicados locais, na nominata de candidatos do PSD ao legislativo estadual em 1947.

Dentre os documentos arrolados, encontrei a cópia de missiva escrita pelo coronel Theodomiro Porto da Fonseca, datada de 31 de outubro de 1946, endereçada a Oscar Carneiro da Fontoura, que naquele momento ocupava o cargo de vice-presidente em exercício da Comissão Executiva Estadual do PSD.<sup>ix</sup> Na presidência da agremiação estava Firmino Paim Filho, que integrara, ao lado de Fonseca, as hostes do Partido Republicano Rio-grandense, até 1932. Naquele ano, Theodomiro Porto da Fonseca ingressou no Partido Republicano Liberal (PRL), fundado pelo interventor federal no estado, José Antônio Flores da Cunha, enquanto Paim Filho permaneceu fiel ao PRR. Com a reconstituição partidária, em 1945, novamente estavam filiados ao mesmo partido, inclusive integrando a Comissão Executiva do PSD sul-rio-grandense. É justamente a esse cargo que Fonseca renuncia na carta que enviara aos chefes partidários.

O principal motivo para tal atitude é a “desconsideração por parte da Executiva estadual”, deixando de incluir os nomes solicitados pelo Diretório Municipal do PSD de São Leopoldo ao cargo de deputado estadual nas eleições previstas para 02 dezembro de 1946. Até aquele momento, havia a possibilidade das eleições estaduais ocorrerem conjuntamente com as federais. Contudo, as eleições para a Assembleia Legislativa e governo estadual foram remanejadas para janeiro de 1947.

No documento, os nomes citados como indicações “preferenciais” eram de Alfredo Lino Dias e Remi Fonseca. Este último, filho de Theodomiro Porto da Fonseca. Em outro trecho, argumenta que a Comissão Executiva Estadual havia “adotado uma injusta e prejudicial praxe, desejando absorver e anular respeitáveis correntes eleitorais dos municípios”. Por fim, declara que “em decorrência dos compromissos partidários, se afastava da Comissão, na qual servira com sinceridade”. Dentre estes compromissos, além do cargo de deputado federal, estava a tomada de posição nas disputas internas que o PSD enfrentava em São Leopoldo, embates estes que se arraigavam nas querelas que o partido vivenciava em nível federal e estadual.

De modo geral, podemos dizer que os principais partidos que surgiram em 1945 estavam situados em torno de uma figura central: Getúlio Vargas. O PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) constituíram frentes de apoio ao então presidente. Pela oposição, a principal força em nível nacional era a União Democrática Nacional. No Rio Grande do Sul, PSD e PTB assumiram o protagonismo, com o refundado Partido Libertador em terceiro lugar. A UDN, em nível estadual, não teve grande destaque, embora tivesse uma articulação importante nos municípios. Acerca desta articulação entre apoiadores e contrários ao comando de Vargas, Thomas Skidmore (1975) afirma que existiam dois grupos: aqueles que denominara como os “de dentro”, ou seja, grupos vinculados com a burocracia estadonovista, assim como industriais, fazendeiros e banqueiros que obtiveram vantagens durante a permanência de Getúlio no poder. Na outra ponta deste eixo, estava a classe trabalhadora, especialmente urbana, que apoiava o presidente em decorrência dos benefícios obtidos com a legislação social e trabalhista. A oposição, por seu turno, era formada por uma camada mais conservadora e baseada nas ideias do liberalismo.

Fundado em 17 de julho de 1945, a organização do PSD foi articulada primeiramente nos estados, tendo nos interventores federais nomeados por Vargas seus principais agentes catalisadores. Além destes, prefeitos e outros integrantes do aparato administrativo dos estados e municípios se coadunaram em torno desta nova agremiação política, com o apoio de forças



econômicas que progrediram durante os oito anos do Estado Novo. Conforme Lisandre Oliveira,

A mobilização das forças governistas por parte do PSD foi garantida porque, durante o Estado Novo, as bases socioeconômicas que apoiavam o regime permaneceram associadas ao poder oligárquico, e não se destruiu o poder estabelecido, nem em nível municipal, nem estadual, o que facilitou a estruturação do partido (Oliveira, 2008, p. 44).

No caso do Rio Grande do Sul, esteve à frente da organização do PSD o secretário do Interior Cilon Rosa. Outros envolvidos com a formação do partido foram Protásio Vargas – irmão de Getúlio –, o interventor federal Ernesto Dornelles – primo de Getúlio e Protásio –, o secretário estadual de Obras Walter Jobim – que até 1937 havia integrado o Partido Libertador – e Oscar Carneiro da Fontoura – secretário da Fazenda.

Lisandre Oliveira (2008), em sua pesquisa, traz um panorama sobre os passos iniciais do PSD sul-rio-grandense. Neste trabalho não irei aprofundar esta questão partidária em nível estadual, mas cabe ressaltar que, diferentemente do que ocorreu com outros diretórios estaduais, no Rio Grande do Sul o partido assumiu um distanciamento significativo para com Getúlio Vargas, inclusive assumindo um papel de oposição mais incisiva ao mesmo. Entretanto, não se tratava de um pensamento homogêneo, pois dentro do PSD estadual havia uma facção mais alinhada ao “getulismo”, como Protásio Vargas, Ernesto Dornelles, José Diogo Brochado da Rocha, José Loureiro da Silva e João Neves da Fontoura. Tanto que, algum tempo depois, Dornelles, Brochado da Rocha e Loureiro da Silva ingressaram nas fileiras do PTB – incentivados pelo próprio Getúlio Vargas. Mesmo com a transferência deste grupo, O PSD ainda continuou contando com uma ala getulista em seu interior, contrapondo a maioria dos principais dirigentes estaduais, que romperam politicamente com Vargas.

Retomando a situação específica em São Leopoldo, no dia 27 de agosto de 1948, um relatório elaborado pela Comissão Executiva Municipal do PSD leopoldense foi encaminhado ao então presidente estadual do partido, Cilon Rosa<sup>x</sup> – ex-interventor federal do Rio Grande do Sul entre fevereiro de 1946 e março de 1947, nascido em Montenegro, assim como Carlos de Souza Moraes. Na correspondência de onze páginas datilografadas, é feito um relato da situação política leopoldense – pela ótica do grupo situacionista partidário – desde as eleições federais de 1946, passando pelo pleito estadual de janeiro de 1947 e o municipal, em novembro do mesmo ano.

Tendo em vista o sucesso eleitoral obtido, com a vitória de Theodomiro Porto da Fonseca ao posto de deputado federal, o diretório leopoldense fez a indicação de mais um nome para a chapa pessedista ao legislativo estadual. Além de Remi Fonseca e Alfredo Lino Dias, foi acrescido o nome de Carlos de Souza Moraes. Entretanto, o primeiro nome sugerido era outro: o do empresário Frederico Guilherme Schmidt.

Nascido em São Leopoldo em 23 de novembro de 1898, Frederico Guilherme Schmidt se casou em 1921 com Irma Corrêa. Esta, por sua vez, filha do destacado empresário no ramo da construção e engenharia, João Corrêa Ferreira da Silva, e de Bertha Hoffmann, de tradicional família luterana local.

Em 1924, o coronel João Corrêa foi eleito intendente de São Leopoldo, ocupando o cargo até março de 1928, quando faleceu em decorrência de um infarto, sem concluir o mandato executivo. Em sua gestão, grandes obras foram empreendidas no município – sendo algumas inauguradas postumamente. Destacam-se, entre outras, a Hidráulica Municipal e da Usina Hidrelétrica da Toca, localizada em São Francisco de Paula. Em 1925, Frederico Guilherme Schmidt assume a presidência da Associação Comercial de São Leopoldo, ocupando este cargo até 1930. No mesmo período, Leopoldo Hoffmann Filho, primo de Bertha Hoffmann, assume como presidente do Conselho Municipal, exercendo o ofício até 1928. É presumível que, durante esse período, o poder político e econômico leopoldense gravitava em torno das figuras de Corrêa, Hoffmann Filho e Schmidt.

No final de 1927, antes mesmo da morte de João Corrêa – que ocorrera de forma inesperada –, já havia espaço para formulações relacionadas com as eleições municipais do ano seguinte. Em decorrência das mudanças na Constituição Estadual após a Guerra Civil de 1923, os intendentes locais, assim como o presidente do Estado, não mais poderiam tentar a reeleição. Deste modo, assim como Borges de Medeiros teve que indicar um sucessor, recaindo a escolha – e eventual eleição – sobre Getúlio Vargas, o coronel Corrêa e o PRR deveriam indicar um sucessor para comandar o Executivo de São Leopoldo. Os nomes de Frederico Guilherme Schmidt e Leopoldo Hoffmann Filho foram aventados, mas a decisão foi tomada beneficiando outro republicano: Theodomiro Porto da Fonseca.

Passados dezoito anos, Fonseca granjeou um cargo na esfera pública federal. Schmidt, que havia recebido indicação do PSD leopoldense para a Assembleia Legislativa sul-rio-grandense, declina da candidatura – ou, melhor dizendo, declina de integrar aquele grupo indicado. Objetivando a viabilidade e consequente eleição dos nomes indicados pelo diretório



local – especialmente Frederico Guilherme Schmidt – o próprio Theodomiro Porto da Fonseca dirigiu uma articulação com outros vinte diretórios locais, que se comprometeram em respaldar e também ensejar apoio aos pessedistas leopoldenses. Entre os municípios que externaram seu apoio, estavam Flores da Cunha e Caxias do Sul, na área de imigração italiana, e Santa Cruz do Sul, antiga colônia alemã.<sup>xi</sup>

Com a desistência de Schmidt, o diretório local lança os nomes de Remi Fonseca, Alfredo Lino Dias e Carlos de Souza Moraes – todos com fortes vinculações pessoais com o coronel Fonseca. Doravante, ao publicar a relação da nominata de candidatos do PSD nas eleições estaduais de janeiro de 1947, os três indicados são rejeitados e, para surpresa de Theodomiro Porto da Fonseca e seu grupo, surge o nome de Frederico Guilherme Schmidt. Realizado o pleito, Schmidt é eleito deputado, representando o município de São Leopoldo. Mais que isso, é convidado para integrar a Comissão Executiva Estadual do PSD, ingressando na vaga que estava acéfala desde a resignação de Theodomiro da Fonseca, em outubro de 1946.

Em trecho do relatório destinado à Cilon Rosa, os signatários expressam claramente que Frederico Guilherme Schmidt se coadunou com a direção estadual do partido, almejando desestruturar o diretório pessedista leopoldense, desmantelando a influência do coronel Theodomiro Porto da Fonseca sobre o mesmo. Conforme a transcrição a seguir, a denúncia recai sobre o então vice-presidente da legenda, Oscar Carneiro da Fontoura:

Reportando-nos á arbitrária imposição do nome do atual Dep. Schmidt pela Executiva daquela época, entendemos de acentuar o irresgatável êrro político perpetrado tão gratuitamente, registramos a completa ausência de conveniência e justiça partidária e o escuso e inocultável objetivos de seus mentores de ferir a unidade do PSD leopoldense, visando sobretudo desprestigiar o Presidente do Diretório Local e seus demais membros, tudo isso com reflexos fatais incorrigíveis sobre nossa organização partidária. Sobre essa desastrada e prepotente decisão da Executiva, então sob a Presidência do atual Deputado Carneiro da Fontoura, dispensamo-nos de tecer mais comentários, por isso que com o imediato afastamento de Theodomiro Porto da Fonseca da mesma Executiva Estadual, bem como da Presidência do Diretório Municipal, no que foi acompanhado pelos demais membros do Diretório – muito mais e melhor do que nossas palavras, falam as cifras eleitorais de 19 de janeiro, frias e inalteráveis em sua expressiva manifestação.<sup>xii</sup>

De fato, concomitante com a renúncia de Theodomiro Porto da Fonseca ao cargo que ocupava na Comissão Executiva Estadual do PSD, também ocorreu o esfacelamento do diretório leopoldense, que contava em seu rol, além dos nomes dos três indicados para as eleições estaduais, outros como Germano Hauschild, capitão Mário Fonseca (filho do coronel Theodomiro Porto da Fonseca), Antônio Theobaldo Justo e João Batista Kielsing da Costa. Essa

situação se estendeu por quase um ano, até que em 8 de outubro de 1947, a Comissão Executiva Estadual do PSD, presidida por Firmino Paim Filho, reconhece a reestruturação do núcleo local e a posse de nova direção.<sup>xiii</sup> Na composição, a presidência retornava para Theodomiro Porto da Fonseca, tendo como primeiro vice-presidente Germano Hauschild. Os outros dois vices foram João Batista Kieling da Costa e José Justo. Como primeiro secretário foi nomeado Carlos de Souza Moraes, auxiliado por Ramiro Frota Barcelos e Antonio Garcia. Os tesoureiros foram Antônio Theobaldo Justo, Amandio Groth e Trajano Santos. A nominata do conselho fiscal era composta por representantes dos diretórios distritais: Balduino Schmidt, Willy Schaumlöffel, Alfredo Wendling, Mauricio Barany, Jorge de Souza Moraes (irmão de Carlos de Souza Moraes), Alfredo Spitzer, Lauro José Martins, Balduino Hoff, Celestino Coutinho e Walter Hermann.

Antes do reconhecimento desta nova composição, outras tentativas foram empreendidas, sendo estas refutadas pela chefia partidária em nível estadual. Ainda conforme o relatório, isso ocorrera em virtude da influência de Frederico Guilherme Schmidt para que o grupo de Theodomiro Porto da Fonseca fosse mantido afastado do poder partidário local. Neste ínterim, iniciaram as articulações visando o pleito municipal de novembro de 1947, onde seriam eleitos, após doze anos, os prefeitos e vereadores municipais.

Há um elemento em particular que merece apreciação, antes de se avançar nas disputas eleitorais em São Leopoldo: a relação que o grupo alinhado com Theodomiro Porto da Fonseca mantém com seu líder. Os documentos viabilizam comparar esse relacionamento partidário com aquele empreendido no Rio Grande do Sul da Primeira República – uma relação quase que devocional para com o chefe político. Considerável parte dos republicanos sul-rio-grandenses da última década do século XIX e primeiros trinta anos do XX, embebidos de uma versão “gauchesca” do pensamento positivista, constituíram uma perspectiva de fidelidade e obediência quase plena aos chefes unipessoais do PPR. Júlio de Castilhos, após a sua morte, em 1903, foi alçado ao patamar de uma figura quase religiosa – apesar da racionalidade científica inerente ao Positivismo –, recebendo a alcunha de “Patriarca”. Borges de Medeiros, embora não possuísse o carisma de seu mestre político, também manejava formas de controle do poder republicano e de lealdade em torno de si. Traçando um paralelo entre esta realidade e a dinâmica em torno de Theodomiro Porto da Fonseca, é possível assegurar que a antiga prática republicana castilhista-borgista foi suplantada para o ambiente partidário pós-Estado Novo.

## As eleições municipais de 1947 em São Leopoldo: alianças e rupturas

A União Democrática Nacional em São Leopoldo, durante convenção realizada em maio de 1947, escolheu como candidato a prefeito Mário Sperb. Estando o PSD leopoldense sem comissão executiva, Frederico Guilherme Schmidt passou a articular apoio ao candidato udenista. Sofrendo oposição por parte do grupo de Theodomiro Porto da Fonseca, Schmidt conseguiu formar um grupo dissidente dentro do partido. Esse grupo engendrou uma aliança com o PTB, UDN, PL e PRP, constituindo assim a Aliança Democrática Leopoldense. Entre fevereiro de 1946 e julho de 1947, a chefia do Executivo leopoldense estava sob responsabilidade de Carlos de Souza Moraes. Em julho daquele ano, Moraes foi substituído por Arthur Ferreira Filho. Em oposição ao coronel Theodomiro Porto da Fonseca e ao ex-prefeito Carlos de Souza Moraes, Frederico Guilherme Schmidt funda o Diretório Dissidente do PSD em São Leopoldo, inclusive com a composição de uma comissão executiva. Schmidt ficou como presidente, contando com João Batista Oliveira Melo na primeira vice-presidência e Emílio Maximiliano Müller na segunda. Ari Andreazza e Armin Carlos Thorell secretariavam o grupo, enquanto a tesouraria era composta por Djalmo Stumpf e Felipe Alberto Schweitzer. Os oradores eram Victor Otto Schmidt, Eduardo Steimer e Romeu Vargas.<sup>xiv</sup> Essa divisão pessedista leopoldense fez com que, nas primeiras eleições municipais após o fim do Estado Novo, o poder local não estivesse alinhado diretamente com Theodomiro da Fonseca e seu círculo de apoiadores. A vitória ficou com o udenista Mário Sperb,<sup>xv</sup> tendo Othon Blessmann, do Partido Libertador, como vice-prefeito.

A dinâmica das redes familiares também permeia a configuração destes grupos. Frederico Guilherme Schmidt era cunhado de Germano Hauschild, tendo em vista que este era casado com Zaira, irmã de Schmidt. Hauschild era um dos principais líderes do bloco favorável ao comando de Theodomiro Porto da Fonseca no diretório pessedista leopoldense. Deste modo, estavam assim os cunhados em oposição um ao outro. Entrementes, Germano Hauschild também possuía vínculos parentais com Theodomiro: sua filha Herma era casada com o capitão Mário Fonseca, filho do ex-prefeito. Victor Otto Schmidt, por sua vez, era irmão do deputado Frederico Guilherme, sendo os mesmos cunhados de Frederico Alberto Schweitzer (casado com Yedda Schmidt). A recorrente relação entre parentesco e partidarismo, tão presente durante a

Primeira República, continuava presente na articulação dos partidos políticos em diferentes níveis.

Ainda em uma tentativa desesperada de reverter o quadro que se apresentava, o grupo situacionista do PSD consegue lançar uma chapa para o pleito municipal. Como candidato majoritário, o filho do coronel Theodomiro da Fonseca, capitão Mário Fonseca, é apresentado, tendo como seu vice o então prefeito Arthur Ferreira Filho. Para o legislativo, são indicados Carlos de Souza Moraes, Antônio Theobaldo Justo, João Klauck, Brasil Camoretto Gall, Adolfo Lindenmeyer, Antônio Teixeira de Souza, Reinaldo Enzweiler, Alfredo Stoffel, Balduino Sander, Antônio Pedro da Silva, Alfredo Spitzer, Walter Michaelsen, Walter Hermann, Nilson Costa e Celestino Coutinho. Além da derrota para o Executivo, o PSD conseguiu eleger apenas três das quinze vagas disponíveis para a vereança municipal. Antônio Theobaldo Justo, João Klauck e Carlos de Souza Moraes formaram o grupo pessedista alinhado com a liderança de Theodomiro Porto da Fonseca no quadriênio de 1948 a 1951.<sup>xvi</sup>

Além de eleger prefeito e vice, a Aliança Democrática Leopoldense também contou com maioria na Câmara de Vereadores, elegendo doze correligionários. Pelo PRP, os eleitos foram Arthur Fritsch, representando o distrito de Ivoti, e Helmuth Rudi Brusius, por Sapianga. O candidato Arthur Fritsch foi o mais votado, o que pode indicar uma forte articulação local por parte dos perrepistas ivotienses. Avelino João Ritzel (Campo Bom) e Theobaldo Schuler (Esteio) foram os nomes escolhidos do PTB. O PL fez um vereador, na pessoa de Carlos Tristão Bier. O grupo dissidente do PSD elegeu cinco representantes: Edwino Holler (Dois Irmãos), Victor Otto Schmidt, Emílio Maximiliano Müller e Maria Emília de Paula (São Leopoldo) e Oscar Balduino Petry (Sapianga). Quanto aos eleitos Edwino Alberto Schmidt (Pinhal Alto) e Laurillo Fleck (Herval), não encontrei registros dos partidos aos quais eram filiados. Entretanto, acredito que também tenham integrado a corrente dissidente do PSD. A presidência da Câmara de Vereadores ficou sob responsabilidade da dissidência pessedista: Emílio Maximiliano Müller no biênio 1948-1949 e Victor Otto Schmidt em 1950 e 1951.

Observando a composição aliancista, percebemos que a UDN não articulou a indicação de nomes para vereança, mas buscou subsidiar, através da coligação, maior força para o candidato à chefia do Executivo, Mário Sperb. Dos doze eleitos pela Aliança Democrática Leopoldense para o Legislativo local, provavelmente sete eram provenientes do grupo capitaneado por Frederico Guilherme Schmidt dentro do PSD de São Leopoldo, sendo os outros cinco membros dos partidos que aderiram ao projeto original da coligação, ou seja, UDN, PL,

PRP e PTB. Essa representatividade vinculada ao Diretório Dissidente do deputado Schmidt acentuou uma força maior deste grupo dentro do partido, ao menos nesta primeira fase pós-eleitoral. Assim como a animosidade desta corrente com os vereadores pró-Theodomiro Porto da Fonseca.

Sobre a Aliança Democrática Leopoldense, não foi necessário muito tempo para que as primeiras tensões surgissem entre os partidos daquela coligação eleitoral. Ainda em 1948, severas críticas foram lançadas contra os vereadores do PRP, Arthur Fritsch e Helmuth Rudi Brusius. A celeuma teve início por conta de uma proposição dos referidos legisladores municipais, para que se fizesse moção de congratulações ao fundador do partido, Plínio Salgado, escolhido para representar uma entidade religiosa em congresso que seria realizado na Espanha.

Em reportagem publicada pelo jornal caxiense *A Época*, em outubro daquele mesmo ano, há uma pormenorização do ocorrido, assim como uma transcrição do manifesto lançado por lideranças leopoldenses opositoras à moção sugerida – e como poderemos ver, aprovada na Câmara Municipal.<sup>xvii</sup> Transcreverei as partes que julgo mais pertinentes da referida publicação, para ajudar no entendimento e análise do caso. A nota inicia da seguinte forma:

Conforme noticiado pela imprensa, os vereadores integralistas de São Leopoldo propuseram na Câmara uma moção de congratulações ao seu “führer” Plínio Salgado, por motivo de sua recente partida para a Espanha. A moção foi aprovada por escassa maioria de votos, que lhe foram dados por vereadores de vários partidos que, esquecendo seus deveres para com a democracia, com o propósito de ferir o deputado Theodomiro Porto da Fonseca, que, na Câmara Federal assumiu atitude digna ao fascismo brasileiro, apoiaram-na no Legislativo Municipal, não se sabe se por ignorância ou má fé.<sup>xviii</sup>

Avaliando a publicação, esta se divide em duas partes. A primeira – reproduzida acima – trata de uma escrita posterior ao texto de protesto original, datado de 15 de setembro de 1948. Neste trecho, dois aspectos merecem atenção. Ao se observar a alusão feita a Theodomiro Porto da Fonseca, enfatizando que a atitude dos vereadores perrepistas, além de ser “bajulatória” para com Plínio Salgado, salienta que era uma afronta articulada contra o deputado do PSD. Essa afirmativa aponta que estes parágrafos foram acrescentados por pessedistas apoiadores de Theodomiro. Na lista de signatários do manifesto original não consta o nome de nenhum vereador do bloco theodomorista no PSD leopoldense. O segundo aspecto, por seu turno, abre caminho para sopesar quais vereadores aprovaram a moção.

Além dos dois vereadores do PRP, proponentes do voto de congratulação, possivelmente os representantes da ala de Frederico Guilherme Schmidt no PSD tenham votado favoravelmente. Os votos contrários de Carlos de Souza Moraes, Antônio Theobaldo Justo e João Klauck receberam o apoio vindo do representante do PL, Carlos Tristão Bier. Essa perspectiva é razoável ao verificarmos a lista dos que assinaram o manifesto de 15 de setembro, encaminhado ao presidente da Câmara Municipal, Emílio Maximiliano Schmidt. Buscando a vinculação partidária dos signatários – embora não tenha sido possível de todos –, uma parcela importante estava relacionada com o Partido Libertador, além de alguns adeptos do Partido Trabalhista Brasileiro e União Democrática Nacional.

Dentro os libertadores mapeados, além do vice-prefeito Othon Blessmann, constam João e Joaquim Blessmann (sobrinhos de Othon), Ernesto Dutra, José Grinberg, Alfredo Nabinger e Lauro José Weber (casado com uma sobrinha do vice-prefeito). Do PTB, Edgar Fayet Coelho (que ingressaria no PSD em 1951) foi o representante. E da UDN, as assinaturas são de Rubem Corrêa, Dante Paganelli e Antonio Bemfica Filho – destacando que este atuava politicamente em Novo Hamburgo, além de seu exercício profissional no Fórum daquela cidade, onde foi colega de Mário Sperb anos antes. Também encontramos filiados ao PSD apoiando o manifesto. Pelo grupo de Theodomiro Porto da Fonseca, consta o nome de João Batista Kieling da Costa. Mas pela Diretoria Dissidente também havia assinante: o advogado Ari Andreazza. Embora não possa ser apontado como principal motivo, é plausível que o incidente tenha contribuído para as rearticulações partidárias que ocorreram nas eleições municipais de 1951.

A narrativa também evidencia que, transcorridos mais de dez anos, as marcas da presença da Ação Integralista Brasileira na região ainda eram fortes. O Partido da Representação Popular deu prosseguimento ao pensamento integralista, com modificações decorrentes ao momento sociopolítico vivido a partir de 1945. Neste interim, discursos e práticas acerca desta agremiação foram reforçadas por apoiadores e opositores. Enquanto o PRP demonstrava uma força mobilizadora nos distritos de São Leopoldo, elegendo o candidato de Ivoti como vereador mais votado no pleito de 1947, além do representante de Sapiranga, os partidos adversários alegavam o caráter fascista do partido, sublimando sua origem integralista. E a origem também se revelava na relação de seus integrantes. Helmuth Rudi Brusius, o perrepista sapiranguense eleito, foi chefe do Núcleo da AIB de Sapiranga, fundado em abril de 1935. Além deste, outros ex-integralistas foram eleitos vereadores nos anos seguintes,



representando os distritos leopoldenses – e que, na década de 1930, sediaram núcleos da AIB –, como o caso de Adriano Dias (Campo Bom), eleito em 1951 e 1955, e Benno Kaeffer (Dois Irmãos), em 1955.

A segunda parte da publicação, conforme relatei, trata da reprodução do manifesto, que constava com o seguinte texto:

Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de São Leopoldo. Os abaixo assinados, independente de cor partidária, veem perante essa Colenda Câmara protestar veementemente contra a aprovação de uma indicação do Partido da Representação Popular, pedindo que fosse enviado um telegrama congratulatório a Plínio Salgado por ter sido escolhido por uma entidade religiosa para representa-la em um Congresso que se realiza atualmente na Espanha. Os motivos dos signatários se justificam porque além de muitas outras razões, contamos as seguintes:

- a) Plínio Salgado é chefe de um partido nitidamente fascista, atualmente as voltas com a Justiça;
- b) por ser sua missão essencialmente de caráter religioso, não cabendo ao Legislativo do Município intervir;
- c) por ser o Brasil filiado a Organização das Nações Unidas e caber a esta Instituição o estudo dos problemas dos quais Plínio Salgado pretende se arvorar em líder;
- d) e, finalmente, por ser a Espanha sede de um governo que contraria os princípios democráticos, não podendo, assim, ser teatro de discussões que impliquem em liberdade do indivíduo, onde esta é tolhida.

São Leopoldo, 15 de setembro de 1948.<sup>xix</sup>

É importante contextualizar alguns dos itens de sustentação da missiva encaminhada ao presidente do Legislativo de São Leopoldo. Em 1947, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve seu registro cassado pelo Superior Tribunal Eleitoral (TSE). A decisão foi subsidiada pelo texto constitucional que proibia a existência de partidos políticos que apoiassem regimes antidemocráticos. Em decorrência da antiga relação do PCB com a União Soviética, que vivia sob égide do “comunismo stalinista”, foi alegado que o partido não se “enquadrava nas perspectivas democráticas adotados no Brasil”. Com isso, além de ser declarado ilegal, seus filiados eleitos para cargos públicos em 1945 e 1947 tiveram seus mandatos cassados. Por ser o PRP originário do integralismo – de inspirações fascistas –, o deputado federal Edmundo Barreto Pinto, do PTB do Rio de Janeiro ingressou no TSE com ação pedindo a cassação do registro eleitoral do PRP, alegando que o mesmo defendia regimes ditatoriais como os que existiram na Itália, Alemanha e ainda vigorava na Espanha. Quando do lançamento da manifestação em São Leopoldo, em setembro de 1948, essa ação ainda estava em julgamento no referido tribunal, servindo como um dos argumentos dos missivistas. Entretanto, houve uma decisão unânime por parte do TSE, rejeitando o requerimento de Barreto Pinto e garantindo a legalidade do PRP. Cabe destacar que o mesmo deputado Barreto Pinto foi quem, ainda em

abril de 1946, solicitou a suspensão e ilegalidade do PCB, que foi aprovado pelo STE em 1947, após a promulgação da nova Constituição brasileira, em setembro de 1946.

Quanto ao segundo argumento, do não envolvimento do Legislativo em questões religiosas, o mesmo se baseia na separação entre Igreja e Estado, previsto pela Constituição de 1946, além de levar em conta uma realidade própria de São Leopoldo, com forte presença de igrejas protestantes, especialmente evangélico-luteranos – e que detinham influência política, social e econômica significativa. Os pontos seguintes referenciam aspectos internacional, como o fato do Brasil ser membro da Organização das Nações Unidas (ONU) – inclusive com Oswaldo Aranha presidindo a II Assembleia Geral, em 1947. E, por fim, ao referenciar a Espanha como um país antidemocrático, por conta da ditadura imposta por Francisco Franco desde 1939, buscou associar a figura de Plínio Salgado e, conseqüentemente, de seu partido, com a política franquista – e de bases amplamente fascistas, não condizentes com o Brasil que iniciava sua redemocratização.

No ambiente político de São Leopoldo, mesmo com severas críticas por parte de adversários de outros partidos, o PRP sempre galgou espaço, até o pleito de 1960 na Câmara de Vereadores, elegendo, principalmente, representantes distritais.<sup>xx</sup> Para o Executivo, conseguiu eleger um vice-prefeito, nas eleições de 1951.

Sobre o caso de Carlos de Souza Moraes em particular, vemos que este foi eleito vereador em 1947. Porém, a informação de que exercera também a suplência de deputado na Assembleia Legislativa não é procedente. Para confirmar essa questão, pesquisei os materiais históricos disponíveis no site do Legislativo sul-rio-grandense, especialmente as informações sobre as legislaturas iniciadas em 1947 e 1951. Tanto na relação de deputados efetivos quanto suplentes, não consta o nome de Moraes nesses períodos. Infelizmente, não é possível saber com exatidão a razão que levou o mesmo a enunciar essa afirmação, na entrevista dada cinco anos antes de seu falecimento.

O relatório de 1949 indica que as feridas decorrentes das disputas partidárias iniciadas em 1946 ainda não haviam cicatrizado. Mas também nos fornecem indícios para pensar a relação entre as diferentes escalas partidárias envolvidas. Ao longo das páginas do documento, fica nítido o distanciamento e desconforto que os líderes pessedistas do grupo de Theodomiro Porto da Fonseca tem para com os chefes partidários estaduais anteriores, especialmente Oscar Carneiro da Fontoura. Essa belicosidade reside no fato de Fontoura ser mais próximo de Frederico Guilherme Schmidt e, por conta disso, no período em que esteve provisoriamente

conduzindo o partido, beneficiou Schmidt e seu grupo, dilapidando o poder que os partidários de Fonseca detinham e implementavam em São Leopoldo.

Com a mudança no comando estadual do partido, assumindo Cilon Rosa, o grupo de Thedomiro Porto da Fonseca buscou espaço maior para recuperar o domínio sobre o PSD de São Leopoldo – e sua representatividade em nível de Rio Grande do Sul. No caso de Carlos de Souza Moraes, tudo indica que a relação deste para com Rosa era, no mínimo, de cordialidade e reciprocidade. Com o fim do período do Estado Novo, em outubro de 1945, o então interventor federal do Rio Grande do Sul, Ernesto Dorneles, foi substituído pelo desembargador Samuel Figueiredo da Silva. Em São Leopoldo, Moraes, que governava o município desde novembro de 1944, foi substituído pelo advogado Arthur Ebling, em novembro de 1945. Em fevereiro do ano seguinte, Samuel Figueiredo da Silva é substituído por Cilon Rosa. Neste mesmo mês, Carlos de Souza Moraes é reconduzido à chefia do Executivo leopoldense. É plausível que essa retomada do poder tenha sido possível graças ao empenho de Moraes, que desde a fundação do PSD, em 1945, mobilizou a criação e consolidação do mesmo na sede municipal e nos distritos de São Leopoldo, arregimentando eleitores e lideranças partidárias. Recebendo apoio dos deputados federais pessedistas Dâmaso Rocha<sup>xxi</sup> e Theodomiro Porto da Fonseca, ainda naquele ano foram fundados, além do diretório municipal, vários diretórios distritais.

O empenho de Moraes em prol do PSD não foi alvo apenas do reconhecimento por parte de correligionários. Também foi utilizado como instrumento por parte da oposição – dentro e fora de seu partido. A edição do jornal *Diário de Notícias* de 15 de janeiro de 1947, traz uma denúncia efetivada pelo Partido Libertador local, através de seu diretório, acusando Carlos de Souza Moraes de utilizar a máquina governamental e seu status político de forma irregular, beneficiando o PSD. Conforme a publicação,

[...] realizada no salão nobre da prefeitura, presidida pelo prefeito Dr. Moraes, o Dr. Oscar da Fontoura com a palavra apelou para o prefeito no sentido do mesmo trabalhar com mais eficiência pela vitória do PSD local. O prefeito declarou que não podia imiscuir-se em política devido á circular do ministro da Justiça, declarando então o Dr. Oscar da Fontoura que a referida circular proibia apenas que agissem os prefeitos como se fazia antigamente, isto é, levar o eleitor a uma urna à ponta de faca ou a cabresto. Diante dessa explicação e da sui generis interpretação dada aquela circular o prefeito resolveu empregar-se a fundo na campanha pela vitória do partido chamado majoritário. Neste momento, os alto-falantes da cidade convidam o povo para um grande comício que vai se realizar hoje à noite no salão nobre da prefeitura (*Diário de Notícias*, 15/01/1947, p. 2).

Em parte, o texto indica que Moraes foi induzido ao erro, por conta da explicação dada por Oscar Carneiro da Fontoura – o mesmo que foi acusado de imiscuir-se com Frederico Guilherme Schmidt na tentativa de desbaratar a liderança de Theodomiro Porto da Fonseca e enfraquecer seu grupo de apoiadores. Sendo assim, se pode até lançar um questionamento: não teria o deputado Fontoura agido de forma proposital, com a intenção de efetivamente causar danos à carreira política do prefeito leopoldense e, por consequência, do deputado federal Theodomiro da Fonseca? No momento não foi possível comprovar essa possibilidade, mas esta não deixa de ter plausibilidade.

Outras acusações contra Carlos de Souza Moraes fazem menção do uso de veículo da prefeitura com finalidades partidárias. Moraes, juntamente com os subprefeitos, percorria os distritos – inclusive nas localidades mais distantes –, visando à qualificação de eleitores. Além disso, circulavam insinuações de perseguições políticas contra adversários – inclusive atingindo familiares destes. Um destes casos de uso de propriedade pública para fins partidários teria ocorrido no distrito de Campo Bom, localidade envolvida em outros momentos de disputas política regionais nas décadas de 1920 e 1930 (Santos, 2018).

Um documento emitido pela Prefeitura Municipal de São Leopoldo no dia 12 de junho de 1947,<sup>xxii</sup> tinha como destinatários Gustavo Vetter, Olindo Flores da Silva e os irmãos Ernesto e Arno Kunz. Na escrita do documento, Carlos de Souza Moraes solicita que os correligionários e amigos mencionados atestem se, em algum momento, foram testemunhas de que o prefeito leopoldense utilizou carro oficial da prefeitura para campanha partidária no distrito. Também solicita confirmação de que o subprefeito de Campo Bom – naquele momento, Pedro Corrêa da Silva – tenha sido orientado para articulação de movimento político na localidade.

Para resposta, foi utilizado o mesmo documento, sendo emitido em 20 de junho daquele ano. Com a assinatura de Gustavo Vetter e Ernesto Kunz – aqui destacando que Vetter é sogro de Kunz, pois este se casou com sua filha Lilly –, os remetentes afirmaram desconhecer qualquer atitude irregular por parte de Moraes ou do subprefeito Pedro Corrêa. Declararam também não ter ciência de qualquer perseguição política orientada pelo prefeito leopoldense. Um fato, no mínimo interessante, ocorreu nas eleições municipais ocorridas cinco meses após esse episódio. Dentre os candidatos da Aliança Democrática Leopoldense ao cargo de vereador estava Walter Thoen. Ex-subintendente de Campo Bom, Thoen era também genro de Gustavo Vetter. Enquanto o sogro apoiava o grupo do coronel Fonseca, o genro lançava seu nome para integrar as fileiras da dissidência pessedista liderada por Schmidt.

Sobre as acusações que foram atribuídas ao prefeito Carlos de Souza Moraes, se, ao mesmo tempo, não podemos afirmar que efetivamente ocorreram perseguições ou ações irregulares, também podemos questionar a proximidade de Moraes e as lideranças campobonenses, o que atenua a validação das afirmativas destes.

O ano de 1950 foi perpassado pela continuidade da crise pessedista e tentativas de garantir a continuidade partidária em nível local. Em ofício encaminhado ao secretário do diretório leopoldense, o comandante do 19º Regimento de Infantaria do Exército de São Leopoldo<sup>xxiii</sup> comunica que não participará de reunião partidária convocada para aquela data, em decorrência de suas funções militares e restrições das mesmas. O comandante daquele regimento era o coronel Olimpio Mourão Filho, o mesmo militar que em 1937, quando participava do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira e atuava no Estado-Maior do Exército, forjou o Plano Cohen, documento cuja redação falsificada serviu como pretexto para a implantação do Estado Novo. Conforme o plano articulado pelas Forças Armadas e com apoio da AIB, o suposto plano era atribuído a Komintern (Internacional Comunista), com o objetivo de deflagrar um golpe comunista no Brasil, derrubando o governo constitucional de Getúlio Vargas. E, alguns anos mais tarde, em 1964, já tendo alcançado o generalato, Mourão Filho comandou as tropas que partiram de Minas Gerais em 31 de março, confluindo para a deposição do presidente João Goulart e instalação do regime militar, com apoio de parte da sociedade civil.

Aquele mês de junho também foi marcado por nova intervenção no diretório leopoldense do PSD. A Executiva Estadual do partido nomeou como agente “pacificador” o deputado estadual Moacyr Dorneles. Suas primeiras medidas foram constituir uma comissão provisória, da qual assumiu como presidente, nomeando os três vereadores pessedistas eleitos – Carlos de Souza Moraes, Antônio Theobaldo Justo e João Klauck – como demais integrantes. Entretanto, conforme encontrado em um recorte do jornal *Folha da Tarde*, com data de 21 de junho, Moraes e Justo não aceitaram a nova intervenção e solicitaram renúncia aos seus cargos de vereadores. O então presidente da Câmara de Vereadores de São Leopoldo, Victor Otto Schmidt, deixou os pedidos em suspenso, aguardando uma possível desistência de ambos em deixar a vereança.

Anexada ao recorte, está um pequeno telegrama endereçado a Carlos de Souza Moraes, que naquele momento não se encontrava em São Leopoldo.<sup>xxiv</sup> Não foi possível averiguar a procedência, mas creio que a assinatura que consta no documento possa ser de Germano

Hauschild. O teor da missiva é crítico e permeado pela informalidade, o que indica uma proximidade entre o remetente e o destinatário. As primeiras linhas da correspondência contêm as seguintes palavras:

Moraes amigo!

Recebi tua carta. Apresso-me em mandar-te as últimas notícias da nossa política. Nada responderam os energúmenos até agora... Nem responderão. Junto recorte da “Folha” de hoje, por onde verás se estribam até em Estatutos para dar o golpezinho sujo...

As críticas aos correligionários, considerados inimigos, em face ao processo intervencionista na direção partidária local, receberam adjetivações jocosas, assim como a alcunha de golpistas. Mas o documento também apresenta um cenário de articulação sobre os passos seguintes que a ala de Theodomiro da Fonseca deveria dar. O interlocutor reforça com Moraes a necessidade de que o coronel Fonseca determine ao vereador João Klauck que este também renuncie ao seu cargo. A medida poderia forçar a Executiva Estadual do PSD a rever suas ações perante o grupo situacionista.

Em outro trecho, abordando a cooptação dentro do partido, o documento fornece dados que demonstram cisões mais amplas, envolvendo lideranças em nível estadual e nacional:

Temos recebidos convites dos autonomistas, que estão nos namorando... Eu fui abordado pelo Obino que tentou levar-me a presença do João Neves e Kieling recebeu visita de um outro do bando queremista! Nada faremos isoladamente. O bloco é uno e indivisível!

Desde o final de 1949, havia uma cisão entre os diretórios municipais do PSD sul-rio-grandense. De um lado, os chamados dutristas, que apoiavam o presidente Eurico Gaspar Dutra; de outro, aqueles que ficaram conhecidos como autonomistas, que criticavam as interferências de Dutra e simpatizavam com Nereu Ramos, presidente nacional do partido naquela ocasião. Os autonomistas, primeiramente, apoiavam a candidatura de Ramos ao cargo de presidente da República. Diante dos conflitos internos do PSD, Nereu Ramos deixa a chefia da agremiação. A partir desse momento, os esforços do grupo autonomista se engendram na figura de Getúlio Vargas, presidente honorário do PTB, como candidato ao posto Executivo federal. No decorrer do ano de 1950, os atritos entre os diretórios municipais no Rio Grande do Sul se tornaram mais acirrados. Não apenas entre estes, mas no interior das próprias Executivas locais.

Além das eleições para a presidência do Brasil, também estavam marcadas eleições para o cargo de governador do Estado. O PTB lançara o nome do senador Joaquim Pedro Salgado



Filho como candidato ao posto. Naquele período, havia uma dissidência dentro do PSD, que ficou denominada como PSD Autonomista, liderado por Ernesto Dorneles, senador representante do Rio Grande do Sul. A ala dutrista do PSD se articulava em torno de Cilon Rosa como candidato oficial do partido ao governo estadual.

Em 30 de julho daquele ano, o avião que conduzia Salgado Filho para uma reunião com Getúlio Vargas em São Borja, sofre um grave acidente na cidade de São Francisco de Assis. Todos os ocupantes da aeronave foram vitimados fatalmente pelo sinistro. Passada a comoção decorrente da morte de Salgado Filho, Vargas convidou seu primo Ernesto Dorneles para disputar o cargo de governador no lugar do falecido senador. Dentro do PSD, a ala getulista – que contava com nomes como João Neves da Fontoura e Batista Luzardo – passou a defender a chapa Vargas-Dorneles, enquanto a maioria do partido fechou questão em torno de Cilon Rosa.

Nas eleições de 3 de outubro de 1950, as urnas deram vitória ao candidato Ernesto Dorneles, que concorrera pelo PTB – ingressando neste partido de forma oficial posteriormente. Dorneles venceu os concorrentes do PSD, Cilon Rosa, do PL, que foi Edgar Luís Schneider, e do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Bruno de Mendonça Lima. Getúlio Vargas foi eleito presidente, derrotando os candidatos Eduardo Gomes, da UDN e Cristiano Machado, do PSD.

A partir do extrato contido na carta remetida a Carlos de Souza Moraes, é perceptível que o grupo ao qual este, João Klauck, Antônio Theobaldo Justo, Germano Hauschild e Theodomiro Porto da Fonseca pertenciam, estava alinhado ideologicamente com a ala mais conservadora do PSD estadual, contrária ao nome de Vargas – e ao chamado *queremismo*. Deste modo, os conflitos internos que transpassavam o PSD leopoldense desde 1946 ganhavam mais um elemento: a ruptura pessedista estadual diante das eleições federal e estadual de 1950.

Quanto ao caso das renúncias de Justo e Moraes, a análise que foi possível empreender na documentação da Câmara Municipal de São Leopoldo indica que os mesmos concluíram o seu quadriênio. Diante disso, a conclusão é de que, ainda em 1950, os dois vereadores pessedistas desistiram de capitular de seus cargos. Na eleições municipais de 1951, o ambiente político local recebeu inflexões, possibilitando que o PSD leopoldense chegasse ao Poder Executivo, assim como obtivesse a maioria na Câmara Municipal.

## A pulverização das alianças partidárias no ano de 1951: o PSD no poder local

O pleito de 1951 marcou a pulverização das coligações partidárias em São Leopoldo. As disputas mais acirradas gravitaram em torno do PSD e PL – embora os partidos de maior força no Rio Grande do Sul naquele momento fosse o PSD e PTB, com o PL em terceira posição. Como candidato pessedista foi escolhido o nome de Germano Hauschild, tendo como vice Ignácio Schwertner, oriundo de uma dissidência dentro do PRP. Não devemos desconsiderar a crise envolvendo o partido em setembro de 1948, quando da proposta de congratulação à Plínio Salgado. Oficialmente, o PRP apoiou o nome de Nelson Rossi (cunhado de Carlos de Souza Moraes), do PTB, como prefeito, indicando o vice, Benno Kaeffer. O PL não formou coalização, indicando candidatos próprios para prefeito e vice: Othon Blessmann e Carlos Rausch, respectivamente. Pela UDN, a dupla majoritária era Rubem Corrêa (filho do coronel João Corrêa e cunhado de Frederico Guilherme Schmidt) e Dante Paganelli. O Partido Republicano (PR) lançou Donário de Oliveira e Julião Rodrigues de Moura. E, por fim, o PSB indicou Othomar Ataliba Dillenburg como candidato a prefeito e Eni Silveira para vice.

Eleitos em 1º de novembro, Gerardo Hauschild e Inácio Schwertner tomaram posse em 31 de dezembro de 1951, exercendo o mandato até dezembro de 1955. Entre os vereadores pessedistas, foram reeleitos João Klauck e Antônio Theobaldo Justo. Carlos de Souza Moraes não tentou um novo mandato. Embora afastado de cargos eletivos, Moraes voltaria a ser convocado para auxiliar seu partido no ano seguinte.

Gaston Englert – ex-deputado federal constituinte –, vice-presidente em exercício do PSD no Rio Grande do Sul em 1952, encaminhou um ofício para Carlos de Souza Moraes e Victor Otto Schmidt<sup>xxv</sup> – que havia tentado novo mandato legislativo, sem sucesso. Neste documento, a Comissão Executiva Estadual do partido encarregava Moraes e Schmidt de, mais uma vez, realizar um trabalho de reestruturação da Executiva leopoldense do PSD. É importante lembrar que, nos seis anos anteriores, a dupla incumbida de sedimentar as bases partidárias ocupava lados opostos na disputa pelo poder.

O arrolamento das fontes documentais não permite delinear com exatidão as consequências no período a partir de 1952. Todavia, no que se vincula com as fontes por Carlos de Souza conservadas, associadas com a trajetória leopoldense do Partido Social Democrático em seus primeiros anos, é condizente afirmar que a presença – mesmo que intercalada – em

funções diretivas no mesmo, possibilitou criar condições para a posse destes documentos – sejam em suas versões originais, sejam a partir de reproduções.

## Considerações finais

Em suma, nosso objetivo foi, através deste artigo, da exposição de documentações inéditas como fontes de pesquisa e da análise de um diretório partidário local, tomando o de São Leopoldo como “laboratório” para as análises, contribuir com novas informações sobre a (re)organização política do Rio Grande do Sul no período final do Estado Novo e na fase de redemocratização do país, com a formação de novas agremiações partidárias, agora de cunho nacional, ao contrário dos partidarismos regionais/estaduais da Primeira República. De igual modo, nosso objetivo é incentivar novos olhares sobre o âmbito local, analisando essa dimensão em uma perspectiva alargada e conectada com dinâmicas maiores, sejam elas em nível estadual, nacional e/ou internacional – ou ainda imbricando todas estas –, assim como abordagens comparativas destes elementos mais localizados, visando compreender um mosaico político mais complexo e, de modo especial, o modo de se fazer política nestas múltiplas dimensões e relações.

Sendo assim, o exemplo trazido, ao se lançar olhar e vislumbrar criticamente o Diretório do Partido Social Democrático de São Leopoldo, além de apontar para a realidade daquele recorte da agremiação, tem por objetivo dialogar com o que se pesquisou e tem pesquisado com esse tema em níveis maiores e, ao mesmo tempo, impulsionar novas pesquisas sobre o fazer política na esfera local, contribuindo para novas abordagens, perspectivas e usos do ferramental teórico-metodológico da historiografia e do uso dos acervos para esse campo de estudo.

## Referências

GERTZ, René E. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

GUTFREIND, Ieda. **Banco de depoimentos de historiadores/escritores**: concepção e escrita da História Sul-rio-grandense. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2019.

LACERDA, Silvestre. Prefácio. In: ROSA, Maria de Lurdes (Org.). **Arquivos de família, séculos XIII-XX**: que presente, que futuro? Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/Centro de História de Além-Mar, 2012.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. **O PSD no Rio Grande do Sul**: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias. Tese (Doutorado), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica, 2008.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. **Um caminho, múltiplas escolhas**: Carlos de Souza Moraes e sua atuação político-intelectual no Rio Grande do Sul (1930-1950). Tese de Doutorado – PPGH/UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2021.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. **Tramas enlaçadas**: política, religião e educação no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

## Notas

<sup>i</sup> SANTOS, Rodrigo Luis dos. **Um caminho, múltiplas escolhas**: Carlos de Souza Moraes e sua atuação político-intelectual no Rio Grande do Sul (1930-1950). Tese de Doutorado – PPGH/UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2021. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9584>. Acesso em: 07 jan. 2026.

<sup>ii</sup> Essas informações foram coletadas através da pesquisa no acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes, bibliografia e pesquisas em sites de genealogia, como o *FamilySearch*.

<sup>iii</sup> Leopoldense é o gentílico utilizado para se referir ao habitante ou outros aspectos relacionados com o município de São Leopoldo.

<sup>iv</sup> Foi mantida a grafia original do texto.

<sup>v</sup> Termo utilizado para se referir ao PSD e seus correligionários.

<sup>vi</sup> Os distritos leopoldenses eram: Araricá, Campo Bom, Dois Irmãos, Genuíno Sampaio (Estância Velha), Guianuba (Sapucaia), Ivoti, Joaneta, Padre Eterno (Santa Maria do Herval) e Sapiranga.

<sup>vii</sup> Foram encontradas seis pastas referentes ao PSD, no período datado entre 1945 e 1952, com um volume documental contendo mais de 300 documentos. As pastas possuem a seguinte numeração (identificação): 09, 10, 48, 74, 89 e 91.

<sup>viii</sup> Publicação lançada em formato *ebook*, disponível no site do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, através do link: <https://www.ihgrgs.org.br/ebooks/Ebook%20-%20Ieda%20Gutfriend%20-%20Banco%20de%20Depoimentos%20de%20Escritores%20Historiadores.pdf>

<sup>ix</sup> Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 48 – Documentação do Partido Social Democrático (PSD) – Carta de Theodomiro Porto da Fonseca ao vice-presidente estadual do PSD.

<sup>x</sup> Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 79 – Documentação do Partido Social Democrático (PSD) – Relatório do Diretório Municipal do PSD de São Leopoldo ao presidente estadual do PSD.

<sup>xi</sup> Conforme documentos disponíveis em: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 48 – Documentação do Partido Social Democrático (PSD).

<sup>xii</sup> Foi mantida a grafia original do documento.

<sup>xiii</sup> Conforme correspondência depositada em: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 48 – Documentação do Partido Social Democrático (PSD).

<sup>xiv</sup> Informações obtidas através de recorte do jornal Diário de Notícias, sem identificação de data, edição e página, encontrada na documentação do PSD. Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 48 – Documentação do Partido Social Democrático (PSD).

<sup>xv</sup> O pai de Mário Sperb, José Carlos Sperb, foi membro do Partido Republicano Rio-grandense, ocupando durante muitos anos vaga no Conselho Municipal de São Leopoldo, presidindo-o entre 1917 e 1924 e de 1928 até 1930, quando os legislativos municipais, estaduais e federal foram fechados, após o golpe que conduziu Getúlio Vargas ao poder.

<sup>xvi</sup> Embora as eleições para prefeito, vice-prefeito e vereadores tenham ocorrido na mesma data, em 15 de novembro de 1947, a posse do prefeito e seu vice se deu em 8 de dezembro daquele ano. O vereadores tomaram posse no início de 1948.

<sup>xvii</sup> A *Época*, 4/10/1948, Ano X, n. 556, p. 57. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/882089/1435>, acesso em: 30 jul. 2020.

<sup>xviii</sup> A *Época*, 4/10/1948, Ano X, n. 556, p. 57. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/882089/1435>, acesso em: 30 jul. 2020.

<sup>xix</sup> A *Época*, 4/10/1948, Ano X, n. 556, p. 57. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/882089/1435>, acesso em: 30 jul. 2020.

<sup>xx</sup> Em 1954, ocorreu a emancipação do distrito de Sapiranga, levando consigo Araricá e parte de Picada Hartz (Nova Hartz, atualmente). Em 1959, foram emancipados os distritos de Campo Bom, Dois Irmãos (incluindo os territórios de Morro Reuter e Santa Maria do Herval) e Estância Velha (incluindo Ivoti). Com isso, os vereadores do PRP eleitos em 1960, entre estes Maria Emília de Paula – que ingressou no partido naquele ano –, representavam a sede municipal.

<sup>xxi</sup> Natural de Porto Alegre, nasceu em 1909. Foi jornalista, advogado e promotor de Justiça. Em 1945, foi um dos deputados federais eleitos pelo PSD para a Assembleia Nacional Constituinte. Encerrados os trabalhos e promulgada a Constituição de 1946, seu mandato passou a ser exercido de forma ordinária. Destacou-se como um ferrenho crítico do comunismo, inclusive sendo favorável ao processo de cancelamento de registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que entrou na ilegalidade em maio de 1947. Rocha ainda se mostrou antipático ao direito de greve, dando seu apoio irrestrito ao interventor Cilon Rosa na repressão aos movimentos operários sul-rio-grandenses no período. Faleceu no ano de 1963.

<sup>xxii</sup> Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 48 – Documentação do Partido Social Democrático (PSD).

<sup>xxiii</sup> Antigo 8º Batalhão de Caçadores (8º BC), instalado em São Leopoldo desde 1922. Em 1949, o batalhão recebeu a denominação mencionada no documento analisado. Atualmente, é denominado 19º Batalhão de Infantaria Motorizada, nomenclatura designada em 1972.

<sup>xxiv</sup> Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 48 – Documentação do Partido Social Democrático (PSD).

<sup>xxv</sup> Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 48 – Documentação do Partido Social Democrático (PSD) – Ofício número 34 (Correspondência de Gaston Englert para Carlos de Souza Moraes e Victor Otto Schmidt – 4/06/1952).